

Militares, industriais e banqueiros na constituição do Estado Burguês – Reflexões a partir da Missão Cooke

IRENE RODRIGUES DE OLIVEIRA¹

Introdução

Este projeto objetiva ampliar os estudos sobre a missão, que chegou ao Brasil em 23 de setembro de 1942, para trabalhar em conjunto com a Comissão de Mobilização Econômica. Constituída e enviada em caráter oficial, após a assinatura dos Acordos de Washington, a Missão Cooke foi organizada pelo Conselho Econômico de Guerra (Board of Economic Warfare) em colaboração com o Departamento de Estado (State Department), com o Conselho de Produção de Guerra (War Production Board) e o Coordenador para Assuntos Interamericanos (Coordinator for Inter-American Affairs). (COOKE, 1944, p. viii)

Em sua composição, a missão norte-americana contou com Morris Llewellyn Cooke, Charles F. Bonilla, James M. Boyle, Judson C. Dickerman, Corwin D. Edwards, Frank Hodson, William J. Kemnitzer, William C. Lichtner, Joseph W. Rothmeyer, Alex A. Tennant, Kenneth N. Watson, Donald K. Woodard, e H. C. Poland.

Sob a coordenação de João Alberto Lins de Barros, a Comissão Brasileira contou com Mariano Ferraz, Glycon de Paiva, Marcio de Mello Franco Alves, Benjamin Soares Cabello e Haroldo Cecil Poland, todos pertencentes, simultaneamente, ao aparato do Estado e com forte influência junto às classes produtoras. A lista primitiva dos membros dessa Comissão foi se alargando conforme a necessidade e, sob a orientação do Engenheiro Professor Ari Frederico Torres, várias subcomissões técnicas elaboraram relatórios completos sobre os vários problemas de interesse, reunidos em três volumes, que muito orientaram a missão americana.

Neste contexto, intentamos fazer uma triagem, a partir das relações que se estabeleceram com os diversos atores sociais, ou melhor, agências e agentes ligados ao aparato estatal. Interessa-nos verificar quem são os integrantes desses setores (sujeitos coletivos) organizados, bem como a que classe ou fração encontram-se organicamente

1 Mestre em História Social do Trabalho pela Universidade Severino Sombra.

vinculados, sobretudo, o que estão disputando junto a cada uma dessas agências. “Os círculos internos das várias administrações a partir da de Getúlio Vargas eram predominantemente formados de industriais e banqueiros ou políticos com fortes ligações empresariais.” (DREIFUSS, 1981, p. 481)

Cabe verificar se a Missão Cooke funcionou como pano de fundo da articulação entre os interesses da burguesia e a efetivação de um projeto estatal. As hipóteses nos levam a inferir que a Missão Cooke chegou ao Brasil a convite da elite composta por militares, industriais e banqueiros, para legitimar o apoio norteamericano ao desenvolvimento industrial brasileiro. Defendendo os interesses do “seu próprio negócio”, os agentes estatais contribuíram para consolidar uma rede de influência norteamericana no Brasil.

As agências funcionaram como instrumento de viabilização do projeto industrial da burguesia nacional, principalmente para aqueles que fizeram direcionamentos das ações estatais pautados nos próprios interesses, na medida em que compuseram os quadros das agências que sustentam o organismo estatal. O Brasil é um país que conta com uma das mais marcantes características: a presença de grupos organizados por grandes empresários industriais que atuam intensamente no interior das agências estatais no âmbito do Executivo e Legislativo. Portanto, a construção de redes com atores sociais, que se perpetuam no processo de construção do Estado brasileiro, proporcionam a interferência cada vez mais direta (dessas redes) na determinação das políticas de desenvolvimento industrial.

Segue-se, pois, que a construção do Estado caminha paralelamente à construção de um campo de poder, entendido como espaço de disputa em cujo interior, os detentores dos vários tipos de capital lutam pelo poder sobre o Estado e sua reprodução. É uma relação e, se é uma relação, de um lado há um potencial de pressão, e de outro, a passividade, o consentimento ou a reação. Aquele que vive sob a decisão é também parte ativa da relação, não apenas como sujeito que consente e alimenta sua dominação, mas ainda como indivíduo que resiste e se contrapõe. Para as classes dominantes, o Estado tem o papel de organizador. Desde o golpe de 30, “o regime se apoiou num exército comprometido com seus objetivos essenciais [...] e assumiu na medida em que se consolidou o poder e o prestígio pessoais de Getúlio Vargas [...]” (MORAES, 1987, p. 11)

Nesse sentido, vale considerar os que atribuem a ascensão da burguesia industrial ao aparelho de Estado, interpretando essa tomada do poder como a verdadeira revolução burguesa brasileira. Sob essa ótica, “o desabrochar do processo de industrialização pesada no país – bem como a constituição do novo estado que lhe daria suporte é vista de maneira indissociável da atuação do empresariado industrial, única força social capaz de promover a superação de atraso, já que os grupos agrários eram percebidos como aliados do imperialismo e do capital estrangeiro”. (MENDONÇA, 1985, p. 15-6)

Importante papel foi desempenhado pela CME, que passou a funcionar como um superministério e João Alberto passou a presidi-lo, com amplos poderes para intervir nas atividades econômicas, especialmente na fixação de preços e salários, na determinação de metas de produção, nos problemas de abastecimento e no planejamento do sistema de transportes. Seu objetivo era o de diminuir os efeitos da guerra sobre a economia nacional. Seu principal problema, a dificuldade de importação. Sediada no Rio de Janeiro e subordinada diretamente a Vargas, a Coordenação estava presente em todo o país, através de escritórios regionais ou representantes. Possuía um conselho consultivo formado por João Neves da Fontoura, João Daudt d’Oliveira, Pedro da Costa Rego, Roberto Simonsen, Artur Neiva e Euvaldo Lodi, todos ligados às classes produtoras e aos setores de apoio à economia.

Neste caso específico serão priorizadas as relações entre militares, industriais (empresários) e banqueiros, privilegiando a atuação desses “intelectuais” em agências da sociedade civil e da sociedade política, em suas diversas dimensões e modalidades de atuação.

[...] a sociedade política é entendida como o terreno da realização social dos interesses dos indivíduos enquanto proprietários, em uma concepção essencialmente competitiva que coloca os indivíduos na disputa máxima pela realização dos seus interesses privados. [...] Nesta concepção, a igualdade dos indivíduos é definida a partir do direito a atividades e iniciativas privadas, baseando-se nas diferentes capacidades e talentos. (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 24)

Trata-se de focar o período que vai de 1942 a 1946 (e suas consequências para os anos subsequentes), por entender que esse período é emblemático; a chegada da

Missão Cooke deu-se num momento histórico bastante conturbado - contexto de guerra e de mobilização econômica, da construção da CSN, permanência do Birô Interamericano e ápice do processo de colaboração e barganhas. Porém, em 1946, todo o contexto tinha mudado, com o fim da Segunda Guerra Mundial; nos EUA, com o falecimento de Roosevelt, Truman tinha assumido o poder e o mundo passava por profundas reformulações dando início ao período da Guerra Fria. No Brasil, Getúlio Vargas tinha sido deposto e, neste interregno, o ministro José Linhares assumia o comando do país, aguardando a chegada das próximas eleições.

Mendonça explica que a participação da burguesia industrial (na defesa e organização de seus interesses específicos) já vinha se desenvolvendo desde os anos 20, tendo como ponto principal a criação da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), em 1928. A partir de 1930, esse processo foi se aprofundando e destacando o papel desempenhado pelos grupos técnicos e políticos, em conjugação com os interesses da elite dirigente. O empresariado industrial definiu três frentes básicas para sua atuação: “a luta pela participação efetiva no aparelho de Estado - em Conselhos Técnicos e Comissões; a construção de um discurso próprio que o igualasse às demais classes produtoras e, por fim, a elaboração preliminar de um verdadeiro programa industrialista”. (MENDONÇA, 1985, p. 19)

Linhares nos alerta que a barganha fazia parte da estratégia de Vargas, não só no sentido de enviar uma força expedicionária à Europa, o patrulhamento do Atlântico Sul, o controle das endemias no interior do país, na Amazônia, no Nordeste, no Espírito Santo, ressaltando que Natal, Belém e Rio de Janeiro eram bases militares. Eram uma espécie de ‘monnaie d’échange’ da Ford Foundation e, sobretudo, da Fundação Rockefeller, veículos do Departamento de Estado, na realização dos objetivos estratégicos da grande política de Estado de Roosevelt. (LINHARES, 2003, p. 11).

Além disso, Moura nos fala que a partir de 1941, o Brasil tinha sido invadido por “missões de boa vontade americanas, compostas de professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários etc – todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com brasileiros – além das múltiplas iniciativas oficiais.”(MOURA, 1984, p. 11)

A partir dessa constatação, com maior ou menor ênfase, algumas agências

começaram a ser estudadas, ressaltando a importância de cada uma delas, na construção da malha que sustentou o aparato do Estado Brasileiro: a CME (Comissão de Mobilização Econômica), o DASP (Departamento de Administração e Serviço Público), a OCIA ou simplesmente Birô (Office of Coordinator of Inter-american Affairs) e a CEPSN (Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional). Outras agências ainda serão elencadas no desenvolvimento deste trabalho, buscando dar conta do objeto proposto.

O objetivo maior consiste em “esquadrinhar” a composição da burguesia brasileira, os agentes e agências envolvidos nessa trama, no período do Estado Novo. A burocracia civil defendia o programa de industrialização por considerar que era o caminho para a verdadeira independência do país; os militares porque acreditavam que a instalação de uma indústria de base fortaleceria a economia –um componente importante de segurança nacional; os industriais porque acabariam se convencendo de que o incentivo à industrialização dependia de uma ativa intervenção do Estado.

Adotando a concepção gramsciana de Estado Ampliado (que aqui chamaremos de Estado Burguês), entendemos que essa relação se produz numa dinâmica que envolve a interação entre sociedade civil e sociedade política, pressupondo, também, a abordagem de aspectos econômicos e sociais nos diferentes processos focalizados. Outro aspecto que unifica a proposta é a assunção de Agentes e Agências enquanto co-autores da ação política, sendo essa a perspectiva que permite visualizar e trabalhar as disputas em torno do Estado como processos de construção de hegemonia e contra-hegemonias.

Para Gramsci, os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles –

“devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviço, inclusive em seu organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, devem possuir a capacidade de escolher ‘os prepostos’ empregados especializados a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à fábrica. Pode-se observar que os intelectuais orgânicos, que cada nova classe cria consigo e elabora em seu desenvolvimento progressivo, são, no mais das vezes, ‘especializações’ de aspectos parciais da atividade primitiva do tipo social novo que a nova classe deu à luz. (GRAMSCI, 1989, p. 4)

Um importante instrumento de ligação entre a Missão estrangeira e a Missão brasileira foi o Birô, criado em 16 de agosto de 1940, com o objetivo de coordenar os esforços norte-americanos no plano das relações econômicas e culturais com a América Latina. Chefiado por Nelson Rockefeller, essa superagência chamou-se Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics tendo sido modificado, um ano mais tarde para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs. Conhecido como Birô ou Birô Interamericano, encerrou suas atividades em 1946, com projetos que se estenderam até 1949. Essa agência era mais uma estratégia de enfrentamento ao Eixo no plano Internacional, além de consolidar o Estado norte-americano como grande potência. (MOURA, 1984, p. 20-1)

O Birô não era uma mera extensão de programas de colaboração interamericana; era uma agência coordenadora de esforços, ligada à segurança nacional dos USA e coordenou agências estatais e privadas norte-americanas na compra de excedentes de produção e materiais estratégicos latino-americanos. No Brasil, o Birô era dirigido por Berent Friele e suas atividades tinham todo o apoio não só da Embaixada Americana no Rio como dos empresários. Também em São Paulo, tinha uma agência do Birô, enquanto cidades como Belém, Fortaleza, Natal, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre contavam com subcomitês de apoio. Através do Birô, Rockefeller construiu uma malha de imbricação no Brasil e foi um dos mais importantes agentes do Estado Americano, junto à burguesia industrial, dando início a uma forte influência ideológica, econômica e cultural no Brasil e na América Latina. Rockefeller foi um dos mais agressivos agentes no período em estudo (1940-1946) usando toda a sua influência e poder para propagar as idéias e concretizar seus objetivos. Diretamente ligado à Casa Branca, Rockefeller testemunhou e apoiou a assinatura do contrato em 2 de setembro de 1942, para o envio da missão ao Brasil. Defendia que:

“assim como as outras repúblicas americanas dependem dos Estados Unidos para as suas necessidades de equipamentos, os Estados Unidos delas dependem para promover um vasto mercado para as nossas mercadorias manufaturadas. E como esses países procuram os Estados Unidos como um mercado para os seus produtos primários, cujas vendas os habilitam a adquirir o equipamento para o seu desenvolvimento, os Estados Unidos também os procuram para os produtos primários, matéria prima para as nossas indústrias, das quais dependem os empregos de tantos americanos.” (ROCKEFELLER, 1969, p. 43)

Segundo informou a Secretaria de Estado das Relações Exteriores, nenhum dos candidatos teria algum interesse pessoal ou de negócio no Brasil, nem tiveram, no passado, contatos com algum grupo brasileiro. O fato de os documentos darem destaque a esses detalhes, demonstra que, para eles o fato era significativo. Não deixa de ser curioso o fato de Nelson Rockefeller (grupo Rockefeller-Aldrich), responsável pelo Birô na América Latina, ter sido um membro de uma das grandes famílias detentoras de poder e da propriedade de corporações com vastos investimentos na América Latina. Segundo Bandeira, William Clayton e Nelson Rockefeller ocupavam posições de importância no Departamento de Estado. Clayton era um dos sócios da Anderson, Clayton & Cia, que controlava todo o algodão brasileiro. E Nelson Rockefeller, além do petróleo, controlava, também, o café. E seu representante era Berent Friele, (responsável pelo Birô no Brasil) Presidente da American Coffee, o maior comprador de café do país. (BANDEIRA, 1978, p. 297)

Dentro desta perspectiva, procuramos demonstrar que essa missão foi um instrumento de viabilização de um projeto hegemônico norte-americano. Assim sendo, ganha centralidade a figura do intelectual, aquele que, no âmbito de um dado segmento social, contribuiu para sua organização e direção, explicitando, consolidando e disseminando o conjunto de códigos culturais a ele inerentes, quer por pertinência de classe, quer por adesão programática. Quem contribuiu para o desenvolvimento da industrialização brasileira foi o Engenheiro, “por sua atuação no Aparelho Repressivo de Estado, em comissões e grupos de estudos para a regulamentação de setores de infraestrutura social [...] a participação do engenheiro militar deu-se, principalmente em setores considerados de interesse para a segurança nacional, como o de recursos minerais, siderurgia e petróleo.” (KAWAMURA, 1979, p. 28) O capitalismo industrial cria essencialmente os técnicos, os cientistas, ligados à produção. São esses os intelectuais orgânicos do capitalismo, isto é, ligados intimamente à função produtiva, à função da economia capitalista. Assim, “os intelectuais do tipo urbano cresceram com a indústria e estão ligados às vicissitudes dessa [...] e elaboram a execução imediata do plano de produção estabelecido pelo estado-maior da indústria. Em sua média geral, os intelectuais urbanos [...] têm uma relação mais estreita com a produção; os altos intelectuais urbanos se confundem cada vez mais com o estado-maior industrial propriamente dito.” (GRUPPI, 2000, p. 81)

A esse respeito, importa-nos recorrer ao conceito de aparato hegemônico, como um aparato de direção que, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências, novos métodos de conhecimento. Logo, não existe legitimidade de Estado sem hegemonia, como também inexistente hegemonia sem disputas e sem a imposição vitoriosa, de uma dada representação, tida como legítima, da sociedade.

Segundo Vianna, “em condições de hegemonia, a burguesia solidarizaria o Estado com as instituições dirigentes da ação, da produção e da reprodução dos valores sociais, conformando essa realidade conceitual denominada por Gramsci de Estado ampliado.” (VIANNA, 1978, p. xiii)

“Para Gramsci, o Estado Ampliado seria produto das múltiplas interconexões entre sociedade civil e sociedade política, num permanente movimento de pressões e contrapressões que visam a busca do consenso – isto é, consentimento – atribuído ao projeto e/ou visão de mundo de um certo grupo por parte de todos os demais a ele assim ‘submetidos’”. (MENDONÇA, 1996, p. 97-8)

No tocante à questão siderúrgica, a missão teve uma importância fundamental pois, ao contrário do que demonstram alguns documentos, era uma missão industrial, com a responsabilidade de acompanhar o processo de construção da CSN, e com a capacidade de viabilizar ou não, a liberação de máquinas e equipamentos. Em março de 1940, Getúlio Vargas criou a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico e convidou o Guilherme Guinle para presidi-la. O General Edmundo de Macedo Soares e Silva também fez parte dessa comissão, juntamente com Ari Frederico Torres, Oscar Weinschenk, Costa Pinto, Adolfo Martins Noronha Torrezão, Heitor Freire de Carvalho que formaram subcomissões de trabalho. (HIPOLITO; FARIAS, 1998, p. 87) Composta por militares, industriais e banqueiros, num futuro próximo essa comissão viria a compor a Presidência e as Diretorias da Companhia Siderúrgica Nacional.

No final de novembro de 1942, João Alberto seguiu para os Estados Unidos para fazer os contatos com as pessoas responsáveis pelos três órgãos importantes: o State Department – que reúne a política econômica com a América do Sul, como arma para obter concessões na política internacional; o Board Economic Warfare, - com uma atuação muito ampliada que integra um grande número de órgãos de produção (materiais estratégicos) importados pela Rubber Reserve, Metal Reserves, etc, presidido

por Milo Perkins e o War Productions Board, dirigido por Donald Nelson – que engloba numa ditadura toda a produção de guerra. (CPDOC, GVC1942.10.27/1, p. 4)

Em sua correspondência, João Alberto explica ao presidente Vargas que o Wall Street tem grande interesse de aplicar capitais em nosso país, demonstrando grande expectativa de êxito: “Através de Nelson Rockefeller estou em entendimentos com banqueiros americanos para traçar um plano de inversões de capitais (sic) no Brasil por intermédio do Banco.” (CPDOC, GVC1942.12.26/1, p. 4) Vale ressaltar que a Rubber Reserve também estava sob a responsabilidade de Nelson Rockefeller.

Roberto Cochrane Simonsen foi outro importante agente do Estado. Enquanto presidente da FIESP/CIESP foi um personagem fundamental no desenvolvimento das Indústrias no Brasil; como líder empresarial foi o criador do IDORT e membro do Conselho Federal de Comércio Exterior. Atuou diretamente ligado ao governo Vargas, com a missão de colaborar na definição da política econômica. Em novembro de 1942, foi nomeado para o Conselho Consultivo da Coordenação da Mobilização Econômica, para atuar em conjunto com a Missão Cooke. Para tanto, adotou medidas necessárias à aplicação dos acordos de Washington, que asseguravam o fornecimento de matérias-primas brasileiras para os Estados Unidos. Essas trocas dar-se-iam tendo como objetivo maior o financiamento norte-americano para projetos industriais no Brasil, estabelecendo uma rede de influência junto à Missão Cooke.

“A indicação de Roberto Simonsen para o cargo de vice-presidente do Centro das Indústrias de São Paulo assinalou o início de uma carreira de porta-voz dos industriais, que durou até o fim da década de 1940. Simonsen pertencia a uma família que estava no Brasil havia três gerações e casara com uma representante da elite fazendeira. Os interesses da família incluíam importações, bancos e café, mas Roberto, que se diplomara na escola Politécnica como engenheiro construtor, dedicou-se principalmente à indústria. Sua companhia de construções em Santos foi a primeira no Brasil a firmar grandes contratos. O primeiro negócio vultoso lhe foi propiciado por Pandiá Calógeras, paulista como ele, e então ministro da guerra. Comprometia-se ele a construir quartéis para o exército em trinta e seis cidades espalhadas pelo país. Simonsen completou o trabalho em tempo recorde e a baixo custo, padronizando projetos e materiais. Em seguida, organizou uma fábrica de enlatamento de carne, uma companhia de tijolos e telhas, uma fábrica de produtos de borracha e uma oficina de artigos de cobre, tendo, inclusive, participado de alguns desses empreendimentos.” (DEAN, s/d, p. 155)

No afã de construir uma nação mais desenvolvida e de se tornar a maior potência da América Latina, Vargas abria precedentes perigosos para o futuro da nação, fornecendo aos Estados Unidos, o maior dossiê de informações sobre o Brasil, em tempos de guerra. Longe de representar uma conclusão, esse trabalho se inicia buscando formas para explicar a formação do Estado Brasileiro e sobre as maneiras pelas quais os diferentes setores ligados aos militares, industriais e banqueiros se organizaram e se implantaram no Estado.

Referências Bibliográficas

ABREU, A. A. de [et al]. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós 1930**. 2. ed., Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

A MISSÃO Cooke no Brasil. Tradução do Centro de Estudos dos Problemas Brasileiros da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: FGV, 1949.

BANDEIRA, L. A. M. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. 2. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BOCAYUVA, P. C. C.; VEIGA, S. M. **Novo vocabulário político: hegemonia e pluralismo**. Rio de Janeiro/Petrópolis: FASE/Vozes, 1992.

COOKE, M. L. **Brasil on the march – a study in international cooperation**. 4. ed., New York/London: Mc Graw-Hill Book Company, Inc. 1944.

CPDOC/FGV. **Arquivo Getulio Vargas**. GVc1942.10.27/1.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. 3. ed., São Paulo: DIFEL, s/d.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do estado – ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAUSTO, B. **A revolução de 30: história e historiografia**. 15. ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed., Rio de Janeiro: Graal, 2000.

HIPPOLITO, L.; FARIAS, I. C. de.(Orgs) **Edmundo de Macedo Soares e Silva: um construtor do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Iarte, 1998. (depoimento ao CPDOC)

KAWAMURA, L. K. **Engenheiro, trabalho e ideologia**. São Paulo: Ática, 1979.

LINHARES, M. Y. L. **Missão Cooke: a nossa “soberania” construída entre sobressaltos e barganhas.** In: OLIVEIRA, I. R. de. *Missão Cooke, Estado Novo e a implantação da CSN.* Rio de Janeiro: E-papers, 2003. 145 p. p. 9-11.

MAZA, F. **O idealismo prático de Roberto Simonsen** – ciência, tecnologia e indústria na construção da nação. São Paulo, Instituto Roberto Simonsen, 2004.

McCANN JR, F. D. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937/1945.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MENDONÇA, S. R. de. **O Patronato rural no Brasil recente.** (1964-1993). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

_____. **As bases do desenvolvimento capitalista dependente.** In: LINHARES, M. Y. **História geral do Brasil.** 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

_____. **Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. **Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania.** Rio de Janeiro: Tempo, 1996.

_____. (org.) **O Estado Brasileiro: agências e agentes.** Niterói: EdUFF/Vício de leitura, 2005.

MORAES, J. Q. de. **O argumento da força.** In: OLIVEIRA, E. R. de [et. al.]; **As forças armadas no Brasil.** Espaço e Tempo, 1987.

MOURA, G. **Estados Unidos e América Latina.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **O Brasil na segunda guerra mundial: 1942-1945.** Caderno do III Seminário Nacional. Política Internacional & Comparada/USP. São Paulo: s/d.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, I. R. **Missão Cooke, Estado Novo e implantação da CSN.** Rio de Janeiro: E_papers, 2003.

ROCKEFELLER, N. A. **As condições de vida nas Américas: Relatório da Missão Presidencial dos Estados Unidos ao Hemisfério Ocidental.** Rio de Janeiro: Record, 1969.

SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil perante os Estados Unidos e o Eixo: o processo de envolvimento na Segunda Guerra Mundial.** São Paulo: MRE/USP, 1990.

VIANNA, L. W. **Liberalismo e sindicato no Brasil.** 3. ed., Paz e Terra, 1978.